

CAPÍTULO 10

“Combinamos de não morrer”: pensamento feminista negro e questões de direitos humanos

Luciana de Oliveira Dias

“Minha mãe sempre costurou a vida com fios
de ferro.”

Conceição Evaristo (2015, p. 68)

Nas últimas décadas, a adoção de ações afirmativas, sobremaneira de políticas afro-reparatórias, nas universidades públicas brasileiras provocou mudanças na sua composição racial. Por um lado, é amplamente perceptível um aumen-

to no número de pessoas negras e de mulheres negras¹ nas universidades; por outro, é notório como os campos de produção de conhecimentos e de teorizações têm experimentado mudanças em decorrência das interlocuções, até então inexistentes, propostas por mulheres negras. Gradualmente, e concordando com Nilma Lino Gomes (2010), essas mulheres negras têm passado a ser vistas não mais como meros objetos de pesquisa, mas como sujeitos que possuem e mobilizam conhecimentos.

Considerando essas movimentações, o esforço de escrita neste ensaio foi, primeiramente, por delinear os contornos de um pensamento feminista negro tal qual vem se expressando no Brasil. Em um segundo momento, verifica-se como o feminismo negro tem se tornado uma forma de resistência propositiva às violações de direitos humanos de mulheres negras. O recorte empírico das reflexões aqui apresentadas recaiu sobre a universidade como o espaço de produção de conhecimentos que tem se tornado, nas últimas décadas, mais plural no que se refere aos pertencimentos étnico-raciais das pessoas que a compõem. De acordo com bell hooks (2013, p. 273), “a academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades”. Escolhi, pois, compreender

1. Betty Ruth Lozano Lerma (2019) estuda a impossibilidade de compartimentação da experiência de vida quando se é uma mulher e negra. A estudiosa do feminismo negro expande sua compreensão para a grafia, não fazendo a separação entre os termos mulher e negra. Por compartilhar da compreensão desta mulher negra, adoto aqui a mesma grafia.

e explicar os delineamentos do pensamento feminista negro por meio do acesso a uma bibliografia que o evidenciasse.

As universidades são responsáveis por 90% do conhecimento científico produzido no Brasil (Andifes, 2016), entendendo que o saber/fazer que é tomado como conhecimento científico foi herdado de uma modernidade que se conjuga com uma colonialidade (Grosfoguel, 2008). Importante reafirmar, como o fez Sueli Carneiro (2005) em sua tese de doutorado, que a colonização que oprimiu povos não europeus, tanto economicamente quanto na dimensão religiosa, política e laboral, o fez também na dimensão epistêmica. Nessa perspectiva, os genocídios foram combinados com epistemicídios e ontoepistemicídios, sendo que foi também sobre esses instrumentos, consolidadores de hierarquias raciais (Carneiro, 2005), dentre outros tantos mecanismos de hierarquização social, que as universidades se estabeleceram.

Desde o início dos anos 2000, as universidades brasileiras têm adotado políticas de ações afirmativas, ou políticas afro-reparatórias, que têm provocado mudanças. Conforme estudo realizado por Luciana de Oliveira Dias e Ana Luísa Machado de Castro (2020), essas mudanças podem ser notadas a partir das alterações estéticas, relacionadas a uma maior presença de pessoas negras, inicialmente na condição de estudantes. As presenças negras nas universidades triplicaram em dez anos (Cardim; Caramori, 2019) e, desta forma, não há como negar a ativação de processos de resignificação dos corpos, não mais tão homogêneos racialmente, que passaram a compor os espaços das universidades. Contudo, as mudanças não são somente estéticas. Uma segunda

alteração que indica as mudanças às quais me refiro é de ordem ética, já que com a introdução de corpos declaradamente racializados, fazem-se presentes também dimensões alicerçadas em outras cosmologias, outras culturas, outras linguagens, outros valores e outras formas de saber e fazer.

Fundamental é uma maior atenção a essa movimentação, que tem provocado fissuras em estruturas erigidas e sustentadas em uma base ética e estética particular e localizada, que fora histórica e politicamente tornada universal. Representações sociais estereotipadas de mulheres negras ainda vigoram, inclusive nas universidades, sendo responsáveis pela constatação que inferioriza e pela projeção que colabora com um aprisionamento desses “novos” sujeitos em uma teia de múltiplos preconceitos e discriminações. Vale um realce aqui para evidenciar que a consideração de mulheres negras como “novos” sujeitos é assim tomada em ambientes homogêneos, hegemônicos e até supremacistas raciais. Feito o destaque, considero que o imaginário coletivo prevalecente conta com a eficácia das representações sociais estereotipadas que têm dificultado uma apreensão coletiva das mulheres negras como intelectuais e produtoras de saberes.

O feminismo negro “amefricano” (Gonzalez, 2018), presente inclusive no âmbito das universidades, tem colaborado para um dismantelamento desse imaginário coletivo e tem contribuído para que sejam detectados outros horizontes indicadores de outras possibilidades de existência, não mais reprodutoras dos saberes instituídos e hegemônicos, mas reveladoras de potencialidades e humanidades que foram histórica, social e politicamente violentadas e suprimidas de

espaços de tomada de decisão e de poder. As pautas pontuadas pelo feminismo negro brasileiro contemporâneo pressupõem posturas antirracistas e antimachistas, inclusive no âmbito das universidades e dos esforços de teorização que ali são exercitados. O que, por sua vez, dialoga diretamente com propostas de uma educação em/para direitos humanos, esta uma potente aliada na ativação de processos de transformação sociocultural e de realização de qualquer justiça social.

Por um delineamento do pensamento feminista negro

“Enquanto trabalhamos para resolvermos as questões mais prementes da vida cotidiana, [...] nos engajamos num processo crítico de teorização que nos capacita e nos fortalece.”
(bell hooks, 2013, p. 97)

Ao adentrarmos em campos de produção de conhecimentos tais quais aqueles que se produzem e se reproduzem nas universidades, pode ser observada uma espécie de cultura acadêmica que, por um lado, se vincula fortemente a uma tradição responsável pela consolidação da área de conhecimento enquadrada por uma perspectiva específica. E, por outro lado, pode ser observada uma disputa pelo campo, que promove uma transgressão em modelos compreensivos clássicos e em esquemas explicativos instituídos. Ou seja, nesses ambientes, por onde circulam e interagem pensamentos, saberes e fazeres, podem ser observados pelo menos esses dois movimentos, que são retomados

aqui para auxiliar na busca por compreensão e explicação dos contornos de um pensamento feminista negro.

O primeiro movimento indica processos de produção de conhecimentos vinculados a uma tradição acadêmica que tende ao conservadorismo teórico e metodológico e à preservação de matrizes de pensamento hegemônicas e, ainda que não declaradamente, situadas quanto às posicionalidades, especialmente de raça e de sexo/gênero. Sabemos como as ciências se consolidaram sobre a canonização de pais fundadores, processo este que tem desconsiderado, anulado e condenado ao esquecimento concepções políticas e epistemológicas não hegemônicas que poderiam pluralizar o campo de saberes por meio de contribuições intelectuais outras. Três mentes inquietas da Antropologia (Dias; Souza; Henning, 2020) escreveram um artigo no qual evidenciam conceitos, críticas e contribuições de intelectuais negras para a Antropologia, sendo estas intelectuais entendidas como *mulheres-raízes*, em contraposição à ideia de pais fundadores. Aquela escrita “atrevida” (Gonzalez, 2018) possibilitou o reconhecimento do legado, da atualidade e da potência do pensamento de *mulheres-raízes*, intelectuais negras negligenciadas no campo de produção de conhecimentos.

O segundo movimento observado, revelador de disputas no campo, vincula-se a um saber/fazer desestabilizador de um *status quo* e propositivo de interlocuções que considerem dimensões que foram histórica e politicamente silenciadas, invisibilizadas e desconsideradas nos formatos clássicos de produção de conhecimentos nas universidades. É nessa perspectiva que podem ser visualizados múltiplos

pensamentos, plurissaberes e também um pensamento feminista negro, no qual saberes e fazeres empreendidos majoritariamente por mulheres negras têm se apresentado para a interlocução e interpelado formatos hegemônicos de produção e movimentação de saberes e de realização da docência e dos processos de ensino e aprendizagem. A interseccionalidade, que permite apreender a complexidade da articulação de eixos de discriminação, evidenciada pelas mulheres negras nas universidades, tem possibilitado acesar um delineamento do pensamento feminista negro.

De acordo com bell hooks (1995), em muitos momentos o trabalho intelectual aproxima o sujeito do sofrimento e da dor, pois o desperta para duras realidades, como a noção de que empreendimentos de dominação e de opressão moldam a vida de todas as pessoas, especialmente das mulheres negras. A autora reconhece também o caráter dúbio do trabalho intelectual e realça a necessidade de “andar em meio a esse sofrimento para trabalhar com ideias que possam servir de catalisadoras para a transformação de nossa consciência e nossas vidas, e de outras, é um processo prazeroso e extático” (hooks, 1995, p. 478). A feminista negra norte-americana, que afirma que seu nome deve ser grafado com letras minúsculas para dar destaque ao conteúdo da escrita e não ao seu nome, compreende que as mulheres negras têm um ponto de vista peculiar por conta da sua múltipla marginalização e por isso são capazes de “criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominantes e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia” (hooks, 2015, p. 208).

Nessa mesma esteira compreensiva, Patricia Hill Collins (2016) assevera que as mulheres negras possuem um estatuto de *outsider within*, ou de sujeitos estrangeiros, que confere a elas uma perspectiva singular diante da realidade. Esse *status* informa uma capacidade ampliada, atrelada à localização societária e ao pertencimento identitário das mulheres negras, de produção de análises distintas circundadas por questões como gênero, classe e raça, além de outras. Em relação às intelectuais negras, a autora em tela afirma que essa posição de *outsider within* favorece a elevação de uma capacidade de apreender padrões que dificilmente poderiam ser captados por sujeitos forjados em campos hegemônicos. Esses sujeitos estrangeiros de dentro, chamados por Luciana de Oliveira Dias (2019) de “quase da família”, podem ser compreendidos também como “intelectuais marginais”, cuja postura crítica seria essencial para o desenvolvimento crítico e criativo das ciências (Collins, 2016).

Essas reflexões permitem identificar os contornos de um pensamento feminista negro que, mais que denunciar as múltiplas opressões que acometem as mulheres negras, tem buscado evidenciar as especificidades, inclusive epistêmicas, relacionadas a essa singular posicionalidade que articula pensamento abstrato e ação pragmática. Um tema central do pensamento feminista negro é a importância da autodefinição das mulheres negras. O que emerge como um desafio às imagens estereotipadas que foram historicamente construídas. Os estereótipos, ao controlarem e definirem imagens de mulheres negras, têm cumprido um papel central na desumanização e subjugação desses sujeitos. Assim sendo,

“feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que detêm o poder de definir” (Collins, 2016, p. 104). Complementarmente, essa socióloga, ativista negra norte-americana, informa a compreensão de que a autodefinição das mulheres negras promove uma rejeição às autoridades exógenas que buscam defini-las e, concomitantemente, a autodefinição “valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos” (p. 104).

Lélia Gonzalez (1982) esteve atenta aos estereótipos e advertiu em seus escritos que a história oficial contada sobre o Brasil e sobre o período colonial apresenta e fixa um imaginário coletivo de pessoas negras como passivas, infantis, incapazes intelectualmente e que aceitaram, sem se opor, a condição de escravizadas. A figura da *mãe preta*, por exemplo, cuja função era garantir o bom funcionamento da casa-grande, realizando desde as tarefas domésticas até a amamentação e criação dos filhos dos senhores, tem sido apresentada como um símbolo de integração e de harmonia racial. O estereótipo da *mãe preta* representaria “o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu segundo a maneira cristã, oferecendo a outra face ao inimigo” (Gonzalez, 1982, p. 72). A fixação de estereótipos sobre as mulheres negras cumpre o perverso papel social de retirar-lhes autonomia política, liberdade de pensamento e capacidade de resistência e até mesmo de desumanizá-las.

Contemporaneamente, a representação social da mulher negra ainda está limitada à figura da empregada doméstica ou da “mulata” sempre disponível sexualmente (Gonzalez, 1982).

É evidente que a “representação iconográfica da negra imprime na consciência cultural coletiva a ideia que a mulher negra está neste planeta principalmente para servir aos outros” (hooks, 1995, p. 468). Sendo que esse ato de servir é válido tanto para a mesa quanto para a cama. Nesse sentido, a hipersexualização das negras a partir da figura da “mulata” converte-se em uma forma eficaz de reduzir esse sujeito a mero objeto sexual ou produto para exportação e consumo (Gonzalez, 1982). Atentemos à forma como as mulheres negras são representadas nos meios de comunicação, sendo ainda muito associadas a uma sensualidade e erotismo extremado.

Essas representações se convertem em barreiras robustas a uma apreensão coletiva das mulheres negras como intelectuais ou como produtoras de conhecimentos. Herdeiras de um passado escravista que as aprisionou na condição de servir, condição que é atualizada com as contemporâneas representações sociais que fixam um papel ou um destino a elas, como o de ser trabalhadora doméstica, resta às mulheres negras uma difícil associação com a intelectualidade. Urge uma desestruturação de uma imagem coletiva estereotipada para que *a posteriori* seja vislumbrada uma outra imagem mais humanizada. Fundamental é a quebra de estereótipos para que as mulheres negras revelem as potencialidades e humanidades que as constituem. bell hooks (1995, p. 472) também argumenta que essa representação estereotipada é um dos fatores impeditivos às mulheres negras de se tornarem intelectuais e afirma que há sempre uma “necessidade de demonstrar e defender a humanidade dos

negros incluindo sua habilidade e capacidade de raciocinar logicamente, pensar coletivamente e escrever lucidamente”.

Diante deste cenário, a autodefinição, conforme proposta por Patricia Hill Collins (2016) e pelo feminismo negro, emerge como importante estratégia de desestruturação de estereótipos e instituição de outras perspectivas. Contemporaneamente, sobremaneira em decorrência das políticas afro-reparatórias instituídas nas universidades brasileiras, a autodefinição tem sido uma realidade possível para as negras que têm adentrado os espaços de poder, como as universidades, “com seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias” (Gomes, 2012, p. 99), promovendo uma rearticulação entre teoria e prática, desde perspectivas próprias. A ampliação do direito à educação e a democratização do ensino superior ocorridas nas duas últimas décadas têm aumentado a presença e saberes de sujeitos antes excluídos, silenciados ou invisibilizados, já que desconsiderados como sujeitos detentores e mobilizadores de conhecimento.

As universidades têm lentamente se constituído como ambientes um pouco mais plurais com essas presenças negras que denunciam as exclusões, silenciamentos e invisibilizações que sedimentaram um saber/fazer hegemônico. Com esses corpos negros, entendidos como “corpos vividos” (Evaristo, 2005, p. 205) que explicitam as “dores e delícias” da dupla condição de ser mulher e negra, transitando pelos centros de produção de conhecimentos, tem sido revelada também uma circulação de saberes não hegemônicos. Toda esta movimentação tem favorecido a emergência de espa-

ços críticos e criativos, inclusive no campo das pluriepistemologias, com uma notável abertura para os plurissaberes. Além de pluralizar o campo epistemológico, o pensamento feminista negro se eleva, nesses contextos, de forma propositiva, provocando abalos também no campo político e forçando mudanças que têm colaborado para a efetivação de direitos humanos e a realização de dignidades.

Mulheresnegras nas universidades e efetivação de direitos

“Não são definições minhas, mas as adoto por estar com elas de acordo e pela certeza de facilitar tua compreensão. Como já te adiantei, sou negra, uma juntada de pretos e pardos.”
(Sueli Carneiro, 2005, p. 22)

Edilza Correia Sotero demonstrou, em estudo publicado em 2013, um aumento nas taxas de escolarização de pessoas negras entre os anos de 2003 e 2009. Conforme a estudiosa, a presença de mulheresnegras e de homens negros, na condição de estudantes de ensino superior, aumentou cinco pontos percentuais no intervalo de tempo analisado (Sotero, 2013). Contudo, a presença de mulheres brancas e homens brancos como estudantes de ensino superior nas universidades brasileiras ainda é significativamente maior que a de mulheresnegras e homens negros. Se considerarmos que a população nacional é composta por 55,8% de pessoas negras (pretos + pardos), o país segue com sub-representação de pessoas negras como discentes em suas universidades,

que aparecem com 50,3% (Cardim; Caramori, 2019) em estudos mais otimistas e merecedores de mais atenção aos viesamentos provocados, por exemplo, quando se contabiliza os discentes pelas matrículas e não pela permanência ou conclusão do curso superior.

Além da sub-representação, as universidades têm sido ambientes hostis às mulheres negras. Delcele Mascarenhas Queiroz e Carlinda Moreira dos Santos (2016) analisam as presenças das mulheres negras nas universidades a partir de experiências de discentes negras de cursos de elevado prestígio social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e destacam que, para as mulheres negras, ocupar esses ambientes é assumir o ônus do estrangeirismo que “implica um enorme esforço cotidiano, que exige o confronto com uma realidade que as exclui e as desqualifica, realidade que insiste em querer lhes fazer crer que esse não é o seu lugar” (Queiroz; Santos, 2016, p. 86).

Érika Costa Silva (2016) destaca em seu trabalho de final de curso em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Goiás (UFG), como as universidades ainda são territórios de reprodução de perversidades, hostilidades e racismos contra as mulheres negras que buscam esses lugares para sua escolarização, aprimoramento intelectual e qualificação profissional. Nos relatos reunidos pela pesquisadora, destacam-se como demonstrativos de racismo no ambiente universitário o “sentimento de não pertencimento” e a “falta de referenciais” com os quais as pessoas negras se identifiquem racialmente. A percepção das estudantes negras, ao mesmo tempo que indica situações de rejeição às suas

presenças, também denuncia, com certa angústia, que “eles não entendem o que é o racismo” (Silva, 2016, p. 39), como se o racismo fosse uma questão somente para as pessoas negras. Esses achados da pesquisa levam a um entendimento mais aprimorado da forma de reprodução do racismo na universidade e no país como um todo. E aproxima-nos da compreensão de Kabengele Munanga (2013) que fora manifestada em uma videoaula, quando afirmou que “o racismo é um crime perfeito”, porque não responsabiliza quem o comete e inculca na vítima um sofrimento profundo, levando-a à perda de dignidade.

Apesar de discussões mais amplas e abrangentes sobre direitos humanos, ainda assim são notórias as dificuldades enfrentadas para assegurar a realização da dignidade humana para segmentos significativos da população brasileira e mundial. Tem sido pontuado e vastamente denunciado, sobretudo pelos movimentos sociais, que esses direitos não têm sido efetivados e, em muitas situações, não são sequer reconhecidos. Nesse sentido, repensar questões de efetivação/violação de direitos humanos a partir de chaves compreensivas vinculadas ao pensamento feminista negro pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias e alternativas não eurocêntricas de efetivação de direitos e garantia de dignidades. O pensamento feminista negro permite considerar presenças e narrativas, agências e autorias que foram histórica e politicamente silenciadas, ocultadas ou eliminadas de campos de discussão, de poder e de produção de conhecimentos.

No contexto brasileiro, processos de efetivação/violação de direitos humanos estão atrelados a construções históricas nas quais o racismo estrutura questões de classe, de gênero, de sexualidade, etárias etc. O desafio de pensar as mulheres negras como agentes importantes nas lutas pela efetivação de direitos humanos nos coloca em contato com a concepção de “amefricanidade” (Gonzalez, 1988) como uma necessidade para a restituição de dignidades perdidas em decorrência de preconceitos e discriminações múltiplas, acumuladas e que se interseccionam. Amefricanidade como uma categoria político-cultural tem o potencial de captar a experiência das pessoas negras, ou afrodescendentes, nas Américas e incorporar “um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada” (Gonzalez, 1988, p. 76).

Ao focar, em suas reflexões, a experiência de pessoas negras no continente americano, em especial da América Latina e do Caribe, Lélia Gonzalez, ao mesmo tempo que colabora para robustecer um pensamento feminista negro, propõe uma ruptura epistemológica e política com as heranças coloniais e imperialistas. Essa ruptura tem potencial transformador das relações hierarquizadas e indica uma perspectiva que reconhece outros saberes, práticas e direitos gestados de maneira autônoma e autodeterminante. Pensar questões de efetivação/violação de direitos humanos no Brasil e na América Latina perpassa pela consideração da “articulação das categorias de raça, classe, sexo e poder” (Gonzalez, 1988, p. 138) desde uma perspectiva interseccio-

nal. Lélia Gonzalez (1988, p. 138) destaca que “a afirmação de que somos todos iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades”. Isso porque “o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (p. 138).

Em diálogo estreito com Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento (1980) cunha o conceito de quilombismo e o faz inspirado pelas experiências de resistência de africanos escravizados, e seus descendentes, para garantir a sua liberdade e dignidade desde o período colonial. Para o ativista pan-africanista e fundador do Teatro Experimental do Negro, “a sociedade brasileira contemporânea pode se beneficiar com o projeto do quilombismo, uma alternativa nacional que se oferece em substituição ao sistema desumano do capitalismo” (Nascimento, 1980, p. 9). Sua proposta de um Estado Nacional Quilombista, inspirado na experiência da República dos Palmares, se baseia em uma sociedade livre, justa, igualitária e soberana, na qual “o igualitarismo democrático quilombista é compreendido no tocante a sexo, sociedade, religião, política, justiça, educação, cultura, condição racial, situação econômica, enfim, todas as expressões da vida em sociedade” (p. 10).

As categorias de amefricanidade e de quilombismo “são algumas possibilidades para novas gramáticas de direitos humanos, ‘em versões internas’ brasileiras” (Baldi, 2015, p. 64). O pensamento que vai se fazendo presente a partir de todas

essas reflexões é marcado pela criticidade e por uma proposta de episteme protagonizada por sujeitos que foram subalternizados, além de serem violentamente alocados em um projeto eurocêntrico da modernidade. Essas “epistemologias de fronteira” (Grosfoguel, 2008, p. 140) revelam saberes decoloniais tais quais aqueles que são enunciados pelas mulheres-negras intelectuais que ocupam hoje, ainda que de maneira sub-representada em termos quantitativos, as universidades brasileiras. Esses sujeitos, com suas epistemologias de fronteira, apresentam possibilidades transformadoras de relações opressoras. Mais que destacar a pluralidade de saberes e informar outras racionalidades possíveis, a presença de negras intelectuais nas universidades tem demandado agência do Estado em processos de efetivação de direitos, tais quais o direito à educação (Carneiro, 2015).

Para além de lembrar aqui a importante Lei nº 10.629/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases e institui no ensino básico a obrigatoriedade do ensino de história africana e cultura afro-brasileira, há que se considerar que a educação em/para direitos humanos, que sustenta inclusive o direito à educação, pode ser tomada como fundamento para transformações sociais. O antirracismo, o feminismo e as demais lutas contra-hegemônicas, além de comporem a pauta de um feminismo negro, dialogam francamente com propostas de uma educação em/para direitos humanos. Relembro que uma educação em/para direitos humanos compreende questões relativas a uma educação formal, além de permitir avançar para dimensões orientadas por princípios de autonomia, emancipação e libertação. Não é demais rea-

firmar que esta abrangência da educação em/para direitos humanos está em sintonia com o que temos delineado aqui como pensamento feminista negro.

No âmbito da graduação e da pós-graduação, nas universidades brasileiras, é o pensamento feminista negro que tem encorajado mudanças, por exemplo, nos planos de ensino, especialmente em suas ementas e referenciais bibliográficos. Há todo um deslocamento que deve ser feito em direção à instauração de discussões mais polifônicas e mais heterogêneas quanto à seleção e quanto à abordagem de autoras e autores lidos em uma disciplina. No artigo “Saberes e pertencimentos espelhados: quando uma professora negra fala sobre feminismo negro” (Santos; Dias, 2019), as autoras demonstram a relevância de referenciais positivos inspiradores, desde a perspectiva de discentes negras e negros da pós-graduação. Há uma abertura de horizontes epistêmicos, vibram a criticidade e a criatividade quando estudantes negras e negros se espelham na figura de uma professora negra e de um referencial teórico/bibliográfico composto por pensadoras negras e indígenas, como aconteceu numa disciplina realizada em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFG.

Por fim, importa realçar que uma das principais características dos feminismos negros é a consideração da questão racial de maneira interseccionada com sexo/gênero, classe e sexualidade, dentre outras. Em contextos multirraciais, raça é um componente essencialmente importante para compreender e explicar violências e violações de direitos sofridas por mulheres negras. A interseccionalidade eleva-

-se como uma perspectiva metodológica essencial para as reflexões relacionadas à temática dos direitos humanos e também central para combater uma espécie de universalismo retórico, que encobre desigualdades estruturais e estruturantes. A abertura para a circulação de uma pluralidade de saberes confronta epistemicídios e permite revelar um pensamento feminista negro, bem como toda a sua potencialidade para efetivação de direitos humanos.

Considerações finais

Os conhecimentos que circulam nas universidades ainda são majoritariamente fundamentados em uma espécie de universalização da contribuição europeia, ou anglo-saxã, ou ocidental. Para uma verificação desta afirmação, é suficiente uma observação atenta aos planos de ensino da graduação e pós-graduação, suas ementas e referencial bibliográfico. Com esta configuração, toda uma produção intelectual de sujeitos não hegemônicos pensantes do Sul Global é desconsiderada, silenciada, anulada, apagada. Os resultados perceptíveis indicam cruéis processos de epistemicídios que são denunciados por ativismos, discursividades e pensamentos insurgentes, tais quais o pensamento feminista negro que tem sido levado a cabo nos contextos das universidades pelas mulheres negras.

A adoção de ações afirmativas nas universidades brasileiras nos últimos anos tem provocado um aumento das presenças discentes negras e também indígenas. Essas presenças, com suas corporalidades, discursividades, cosmo-

logias e demandas por pluralização e realização de justiça reparatória, têm interpelado um campo consolidado, ainda muito caracterizado pelo eurocentrismo. Essas presenças insurgentes despertam também pactos tácitos entre si que têm possibilitado a revisão do passado histórico, agora visto por outras lentes e narrado por outras vozes. As redes de apoio e acolhimento formadas nas universidades pela agência e autoria de mulheres negras têm feito valer o alerta de Conceição Evaristo (2015) quando assevera: “combinamos de não morrer”.

O potencial criativo e cognitivo do *status outsider within*, que é ocupado pelas intelectuais negras brasileiras nas universidades, contribui para o reconhecimento de uma pluralidade de saberes que subvertem as representações estereotipadas, estas que vigoram como imaginário coletivo constituído e constituidor das mulheres negras. O pensamento feminista negro, que opera por meio da consideração da interseccionalidade, abre um importante campo de atuação na luta pela efetivação de direitos humanos, não somente para as mulheres negras, mas para todos os seres humanos, já que revela e problematiza cruéis processos de desigualdades que estruturam as relações socioculturais.

A luta por reconhecimento de direitos e combate às desigualdades sistêmicas e estruturais é empreendida de maneira muito singular por mulheres negras que circulam pelas universidades brasileiras, ocupando-as de maneira engajada. Essas poucas intelectuais negras não têm se esquivado de pensar de maneira crítica e criativa em alternativas para a compreensão e efetivação de direitos, a partir do reconheci-

mento da centralidade das hierarquias raciais e da manutenção das desigualdades. É nesse contexto que o pensamento feminista negro ocupa a cena nas universidades brasileiras, não somente como mobilizador de epistemes insurgentes, mas também como uma ação que possibilita compreender, qualificando-a, a complexidade da defesa e da afirmação dos direitos humanos, tão necessários e urgentes.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). *Políticas de expansão e inclusão mudam o perfil dos estudantes*. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/90869-politicas-de-expansao-e-inclusao-mudam-o-perfil-de-estudantes>. Acesso em: 19 out. 2022.

BALDI, César. Para uma sociologia das ausências da descolonização dos direitos humanos: notas iniciais sobre os aportes afros. *Hendu*, Belém, v. 6, n. 1, p. 47-68, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/article/view/2461>. Acesso em: 19 out. 2022.

CARDIM, Nathália; CARAMORI, Iana. UnB: número de estudantes negros triplica em 10 anos. *Metrópoles*, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/unb-numero-de-estudantes-negros-triplica-em-10-anos>. Acesso em: 19 out. 2022.

CARNEIRO, Aparecida Suelaine. *Mulheres e educação: gênero, raça e identidades*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-69922016000100099&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 out. 2022.

DIAS, Luciana de Oliveira. Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 6, n. 16, p. 8-12, 2019. Disponível em: <https://revista.unifins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1823>. Acesso em: 19 out. 2022.

DIAS, Luciana de Oliveira; CASTRO, Ana Luísa Machado de. Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento feminista negro. *Monções: revista de Relações Internacionais da UFGD*, Douros, v. 9, n. 17, p. 535-561, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/10293>. Acesso em: 19 out. 2022.

DIAS, Luciana de Oliveira; SOUZA, Cristiane Santos; HENNING, Carlos Eduardo. Orí e Cabaça são femininas: mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 7, n. 25, p. 88-105, 2020. Disponível em: <https://revista.unifins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4903>. Acesso em: 19 out. 2022.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. *In: _____*. *Olhos d'Água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015. p. 62-68.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. *In: SCHNEIDER, Liane; MOREIRA, Nadilza Martins*

de Barros (org.). *Mulheres no mundo, etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ideia, 2005. p. 219-229.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 419-441.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20currículo.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira (uma abordagem político-econômica). In: MADEL, Luz T. (org.). *O lugar da mulher: (estudos sobre a condição feminina na sociedade atual)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 87-106.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricandade-lesia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana: Ed. Filhos da África, 2018.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 19 out. 2022.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 19 out. 2022.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193. Acesso em: 19 out. 2022.

LERMA, Betty Ruth Lozano. *Aportes a un feminismo negro decolonial: insurgencias epistémicas de mujeres negras-afrocolumbianas tejidas con retazos de memorias*. Quito: Abya-Yala, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Relações Étnico-Raciais - Prof.º Dr. Kabengele Munanga. [S. l.: s. n.], 2013. 1 vídeo (50min). Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=7FxJOLf6HCA>. Acesso em: 19 out. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. Documento nº 7: Quilombismo: um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras. In: _____. *Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 245-281.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Carlinda Moreira. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 25, n. 45, p. 71-87, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2286>. Acesso em: 19 out. 2022.

SANTOS, Débora Sirno; DIAS, Luciana de Oliveira. Saberes e pertencimentos espelhados: quando uma professora negra fala sobre feminismo negro. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 6, n. 16, p. 13-22, 2019. Disponível em: <https://revista.unifins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1824>. Acesso em: 19 out. 2022.

SILVA, Érika Costa. *Negra sou! Políticas de ações afirmativas e trajetórias de identidades de mulheres negras na UFG*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* (org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília, DF: Ipea, 2013. p. 35-52.